

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



3

Atena
Editora
Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



3

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D452 (Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-344-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.443210208>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva Filho, Valdemiro Carlos dos Santos (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***(Des)Estímulos às Teorias, Conceitos e Práticas da Educação***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PEQUENAS LIÇÕES DA PANDEMIA: ALGUMAS PROVOCAÇÕES PARA A ESCOLA

Luciane Figueiredo Pokulat

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102081>

CAPÍTULO 2..... 14

A DISCRIMINAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA NA PRÁTICA ESPORTIVA

Jeniffer Lopes de Assis Venâncio

Juliana Krieger

Fabiana Rodrigues Scartoni

Janine Meirelles dos Santos Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102082>

CAPÍTULO 3..... 27

INCLUSÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Iasmin Rabelo de Queiroz

Raniele da Silva Moreira

Dayenne Godoy Pellucci Maciel

Marcely Borges Matoso

Lucas Miranda Kangussu

Marcos Augusto de Sá

Eduarda Maria Silva de Souza

Luciana de Pinho Tavares Sousa

Alexandre Diniz Silva

Janice Henriques da Silva Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102083>

CAPÍTULO 4..... 36

CIÊNCIAS E TECNOLOGIA: SOFTWARES EDUCACIONAIS COMO ALTERNATIVA DE ENSINO

Henrique da Rocha Velôso

Karolayne Siqueira Mazarim

Renata dos Santos Coelho

Thalia Rhaney Silva de Oliveira

Leiva Custódio Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102084>

CAPÍTULO 5..... 42

O IMPACTO DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DE CRIANÇA AUTISTA COM DIFICULDADES NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ESCOLA

Andreia Cristiane Silva Wiezzel

Tagiane Maria da Rocha Luz

Daniela Ribeiro Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102085>

CAPÍTULO 6..... 54

SCRATCH: LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO EM ABORDAGEM CONSTRUCIONISTA PARA PROFESSORES EM FORMAÇÃO

Ely Ticiano da Silva Ramos
Cibelle Amorim Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102086>

CAPÍTULO 7..... 62

A LINGUAGEM CARTOGRAFICA NAS PRÁTICAS DOCENTES DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Andrezza Lima Oliveira
Ronaldo dos Santos Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102087>

CAPÍTULO 8..... 67

A OFERTA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

Daiane Letícia Boiago

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102088>

CAPÍTULO 9..... 78

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E O COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Irene Jeanete Lemos Gilberto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4432102089>

CAPÍTULO 10..... 87

ANÁLISE DAS FERRAMENTAS AVALIATIVAS DOS CURSOS DE ENSINO SUPERIOR NOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM: MOODLE (UESPI) E SIGAA (UFPI)

Ivone Maria Silva de Oliveira
Carla Gabryela Resende Fonsêca
Daniele Rocha Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020810>

CAPÍTULO 11..... 101

EFEITOS DE UM PROGRAMA DE TREINAMENTO NA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA

Anibal Pires do Amaral Neto
Thiago Souza da Rosa
Lucas Lopes dos Reis
Ricardo Siqueira de Oliveira
César Augusto Furlaneto
Natã José Ayres Christoni
Thayana Amorim Berenghel
Claudinei Ferreira dos Santos

Rui Gonçalves Marques Elias

Antônio Stabelini Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020811>

CAPÍTULO 12..... 111

PERCEÇÃO DE EGRESSOS SOBRE O CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA PARA A REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA

Stela Maris Meister Meira

Paula Cilene Machado Munhoz

Carla Simone Silveira Vaz

Suélen dos Santos Garcia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020812>

CAPÍTULO 13..... 120

POVO INDÍGENA MISAK (COLÔMBIA): O CIBERESPAÇO COMO EXTENSÃO DE SEU IMAGINÁRIO, TERRITÓRIO E SABERES

Jennifer Paola Pisso Concha

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020813>

CAPÍTULO 14..... 132

ANÁLISE DOS HÁBITOS DE ATIVIDADE FÍSICA E LAZER E OS INDICADORES DE SAÚDE DE ESCOLARES

Bruna Rigon Gevinski

Alessandra Dalla Rosa da Veiga

Maiara Cristina Baratieri

Naiane Pertuzzatti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020814>

CAPÍTULO 15..... 142

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NO ENSINO TÉCNICO – PROJETO LIXO TECNOLÓGICO

Fátima Aparecida Peixoto da Silva

Moisés Peixoto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020815>

CAPÍTULO 16..... 150

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NA FORMAÇÃO DOS FILHOS/ALUNOS

Jéssica Regina Debastiani Belusso

Rosangela Maria Boeno

Paulo Fernando Diel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020816>

CAPÍTULO 17..... 157

DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: ESTUDO DE CASO

NO ESTADO DE MATO GROSSO

Marina Garcia Lara

Aloir Pacini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020817>

CAPÍTULO 18..... 171

O ENSINO DE ARTE E AS INTERVENÇÕES URBANAS COMO POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS INTERCULTURAIS

Cristiane Nicolau Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020818>

CAPÍTULO 19..... 177

AValiação INSTITUCIONAL E REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ENFOQUE NA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Neide Pena

Cleber Rocha Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020819>

CAPÍTULO 20..... 191

FORMAÇÃO DO PROFESSOR , TECNOLOGIA E INTERAÇÃO: REFLEXÕES

André Gomes dos Santos

Irene da Silva Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020820>

CAPÍTULO 21..... 202

FORMACIÓN EDUCATIVA SEGÚN LOS OBJETOS DE APRENDIZAJE DESDE LA PEDAGOGÍA CRÍTICA EN LA EDUCACIÓN

Alfonso Claret Zambrano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020821>

CAPÍTULO 22..... 217

A INTEGRAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO APRENDIZADO ARTICULADO COM A PRÁTICA

Milene Dias Ferreira Magri

Sheila Cristina Gatti Sobreiro

Daniela Ferreira Cardoso

Hailton Cardoso Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020822>

CAPÍTULO 23..... 221

OFICINAS PREPARATÓRIAS DE QUÍMICA PARA O ENEM: REVISÃO DE CONTEÚDOS E APRIMORAMENTO DE COMPETÊNCIAS

Vicenzo Escarrone

Susana Pereira de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020823>

CAPÍTULO 24.....	223
ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS: O SUBSÍDIO DOS GESTORES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E TOMADA DE DECISÃO	
Aldo Melhor Barbosa	
Rodrigo Luiz Lasse Ferreira	
Mauricio Charmite Teixeira	
Breno Pádua Brandão Carneiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020824	
CAPÍTULO 25.....	241
RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA	
Sidney Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020825	
CAPÍTULO 26.....	254
CAPACITAÇÃO BIM NO SINDUSCON-MG	
Maria Luisa Ribeiro Antunes	
Denise Aurora Neves Flores	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44321020826	
SOBRE OS ORGANIZADORES	262
ÍNDICE REMISSIVO.....	263

CAPÍTULO 8

A OFERTA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

Data de aceite: 27/07/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Daiane Letícia Boiago

Universidade Estadual de Maringá
Maringá/PR

<http://lattes.cnpq.br/1266339260354716>

RESUMO: A temática desenvolvida neste artigo discute sobre a organização legal e a oferta da educação escolar nas penitenciárias do estado do Paraná. O objetivo é analisar se as orientações legais que regulamentam a oferta da educação nas prisões estão sendo implementadas na prática pelas penitenciárias do Paraná. Para tal, partimos de um estudo bibliográfico fundamentado na análise de documentos de política educacional e dos dados apresentados pelo Ministério da Justiça, por meio do Departamento penitenciário Nacional (DEPEN). A partir das análises realizadas é possível indicar que o estado do Paraná tem se destacado na organização e oferta da educação escolar nas prisões. Apesar dos desafios propostos na implementação de políticas públicas para educação escolar nas prisões, o Paraná é um dos estados com o maior número de pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. Educação escolar prisional. Paraná.

THE OFFER OF SCHOOL EDUCATION IN THE PENITENTIATED PRISONS OF THE STATE OF PARANÁ

ABSTRACT: The theme developed in this article discusses the legal organization and the provision of school education in penitentiators in the state of Paraná. The objective is to analyze whether the legal guidelines regulating the provision of education in prisons are being implemented in practice by the penitentiaries of Paraná. To this end, we start from a bibliographic study based on the analysis of educational policy documents and data presented by the Ministry of Justice, through the National Penitentiary Department (DEPEN). From the analyses performed it is possible to indicate that the state of Paraná has stood out in the organization and offer of school education in prisons. Despite the challenges proposed in the implementation of public policies for school education in prisons, Paraná is one of the states with the largest number of people deprived of liberty involved in educational activities.

KEYWORDS: Educational policies. Prison school education. Paraná, Paraná.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar o processo de implementação da política de educação escolar prisional nas penitenciárias do estado do Paraná. O objetivo é verificar se as orientações presentes nos marcos legais que regulamentam o direito do recluso à educação estão sendo atendidas nas Penitenciárias do Paraná.

Há uma ampla gama de instrumentos

normativos internacionais, nacionais e estaduais que regulamentam o direito de todos a educação, inclusive das pessoas privadas de liberdade. A legislação garante a oferta do ensino fundamental, ao ensino superior, conforme demanda.

No âmbito internacional, agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura (UNESCO) tem propalado uma série de documentos orientadores sobre a oferta da educação nas prisões. Essas orientações foram implementadas na política educacional brasileira e passaram a constar nos documentos orientadores nacionais e estaduais para educação escolar nas prisões.

Com o crescente aumento da população prisional que o Brasil vem vivenciando nos últimos anos, é possível identificar que há um movimento crescente das políticas de encarceramento em massa como resposta ao descontrole social que se materializa na criminalidade. Diante desse cenário, temos observado o surgimento de um Estado Penal, o qual se caracteriza justamente pelo aumento de políticas repressivas frente ao agravamento da *questão social*¹.

Ao analisar o perfil educação do preso no Brasil e no estado do Paraná, verificamos que mais de 70% dessas pessoas não possuem o ensino fundamental completo. Frente a garantia da educação como direito humano e fundamental, a oferta da educação escolar nas prisões ainda está muito distante do que propõem os documentos de política educacional.

A perspectiva teórico-metodológica que subsidia a análise deste trabalho é o materialismo histórico dialético, pois compreendemos que o objeto de estudo em questão só pode ser compreendido em seu contexto histórico de produção. Ou seja, a educação escolar nas prisões é analisada em meio ao contexto de mundialização de capital, caracterizado pela implantação de políticas neoliberais, de reestruturação produtiva e *financeiração* do capital. Partimos, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e documental na qual os dados são analisados a luz da literatura pertinente.

O trabalho está organizado em dois principais momentos, no primeiro discutiremos sobre os instrumentos legais que garantem a oferta da educação nas prisões no Paraná. Em um segundo momento, observamos o mapeamento da oferta da educação nas penitenciárias do referido estado.

2 | CONTEXTO LEGAL DA EDUCAÇÃO PRISIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

A partir dos anos de 1990 o Brasil ocorre um assustador crescimento da população prisional. Conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional (2016) dos anos de 1990 a 2016 a população prisional brasileira cresceu uma média de 707% durante o

¹ Questão social, no sentido universal do termo, na perspectiva de Cerqueira Filho (1982, p. 21), significa “[...] o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao curso da constituição da sociedade capitalista”. Para o citado autor, “[...] a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho”. São expressões da questão social a pobreza, a criminalidade, o desemprego, dentre outras.

período mencionado.

Vale ressaltar que esse o contexto pós 1990 foi marcado pela implantação das políticas de cunho neoliberal, na qual os princípios de focalização, privatização e terceirização foram os pilares que nortearam a reforma do Estado brasileiro. Concomitante a isso, o país vivenciou a mudança no modo de produção subsidiada pela reestruturação produtiva. Com a reestruturação produtiva, a organização das relações de trabalho se tornaram flexíveis, terceirizadas e, como consequência, vivenciamos o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho.

As expressões da questão social decorrentes dos mecanismos de recomposição do capital (neoliberalismo, reestruturação produtiva e *financeirização*) puderam ser observadas com o aumento dos índices de criminalidade. O último relatório do DEPEN (2019) indica que o Brasil apresenta uma população prisional composta por 726,712 mil pessoas encarceradas. Distribuídos conforme tabela abaixo:

NÚMERO TOTAL		758,676
Regime fechado		Regime semiaberto
348,371		126,146
Regime aberto		Provisórios
27,069		253,963
Tratamento ambulatorial		Medida de segurança
721		2.406

Tabela 1: Total de presos no Brasil em 2020.

Fonte: BOIAGO (2020, p. 88).

O Paraná apresenta um número total de 51.700 pessoas presas. Entre os estados brasileiros, o Paraná é o terceiro com a maior população prisional, ficando atrás apenas de São Paulo que ocupa o primeiro lugar e Minas Gerais em segundo.

O perfil do recluso apresentado no relatório do DEPEN (2019) indica que a população prisional é composta basicamente pelo segmento marginalizado da sociedade e com baixa escolaridade. Mais de 70% da população prisional não possui o ensino fundamental completo e fazem parte de uma parcela da população que não tiveram acesso a diversos direitos sociais, como a educação.

Corroboramos as ideias de Wacquant (2003), Serra (2009) e Guimarães (2007) ao explicarem que frente as consequências advindas da crise estrutural do capital, tais como o desemprego a pobreza e a criminalidade, a prisões tem sido, historicamente, um instrumento de gestão da pobreza e um braço importante do Estado penal, o qual tem atuado no recrudescimento das políticas penais e do encarceramento em massa.

O perfil do preso e a opção constante pela prisão enquanto meio de gestão da

pobreza indicam claramente que há uma punição estatal direcionada a determinado grupo social, excluído do acesso aos seus direitos fundamentais bem como aos bens de consumo. Com o aumento da desigualdade social no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, grande parcela da população ficou excluída das relações de trabalho, uma vez que o desenvolvimento tecnológico e a flexibilização do mercado de trabalho não foram capazes de absorver toda mão de obra disponível (BOIAGO, 2020).

No estado do Paraná, as ações de educação em contexto de privação de liberdade, de um modo geral, estão “[...] calcadas na legislação educacional vigente no país, na lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade [...]” (BRASIL, 2010, p. 2). A educação escolar prisional, além disso, está garantida na legislação educacional do estado e em documentos normativos do seu Departamento Penitenciário. Tais documentos explicitam a obrigatoriedade dos estabelecimentos penais em ofertar a educação para todas as pessoas que a ela não tiveram acesso. Destarte a grande maioria desses documentos faz referência às normas internacionais do sistema ONU.

Frente ao cenário do aumento da população prisional e, principalmente, da falta de escolarização dos reclusos, a partir dos anos de 1990 a educação escolar nas prisões passa a ser contemplada na agenda internacional, nacional e estadual. No Brasil, além da legislação educacional que garante o direito de todos à educação (BRASIL, 1988; 1996; 2014), a educação prisional está presente de forma específica na Lei de Execução Penal (1948), no Plano diretor do sistema penitenciário (2012), nas Diretrizes básicas para a arquitetura penal e nas Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação de Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais (2010) e no Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (2011).

De 1995 a 2000	Implantação do Departamento Penitenciário nas unidades de Maringá, Londrina e Guarapuava; Organização de cursos de formação para novos servidores; Implantação da 1ª Penitenciária Paranaense em regime fechado de terceirização.
De 2000 a 2003	1º Encontro de Administração Penitenciária do MERCOSUL – CONSED; 1ª Turmas do Grupo de Apoio às Ações Penitenciárias OSUL – CODESUL; 1º Curso de especialização em gestão penitenciária; 1º Fórum Pedagógico do Sistema Penitenciário do Paraná.
2004	A ESPEN instalou-se em sede própria, oferecendo espaços mais adequados para a realização de cursos e eventos. Publicação da Resolução Conjunta nº 02/2004–SEED/SEJU/SETP, que regulava a seleção de servidores públicos da SEED para suprimento da demanda de docentes, apoio técnico-pedagógico e administrativo nos estabelecimentos penais do Paraná, vigorando até 2011.

2006	Publicação da Resolução Conjunta nº 08/2006 – SEED/SEJU estabelece as competências de cada Secretaria no sentido de garantir a escolarização básica, no nível fundamental e/ou médio, na modalidade EJA nas penitenciárias do Paraná.
2007	O campo de atuação da ESPEN foi ampliado e estabeleceu eixos para sua política de formação e redefiniu algumas de suas atividades, centralizando seus objetivos na formação, capacitação e aperfeiçoamento profissionais.
2011	Publicação da Resolução nº 090, que alterou a denominação da então ESPEN para Escola de Educação em Direitos Humanos – ESEDH-PR. Publicação da Resolução Conjunta nº 01/2011 – SEED/SEJU/SECJ – regulamenta o processo de seleção de servidores públicos, vinculados à SEED, para suprimento da demanda nos estabelecimentos de ensino em unidades penais, substituindo a Resolução Conjunta nº 02/2004. Publicação da Resolução Conjunta nº 03/2011 – SEED/SEJU – estabelece as competências de cada Secretaria parceira no atendimento à escolarização das pessoas em privação de liberdade, substituindo a Resolução Conjunta nº 08/2006.
2012	Publicação do Decreto n.º 4021 que institui o PDI– Cidadania.

Tabela 2: Marcos da Educação Prisional no Paraná.

Fonte: BOIAGO (2013).

A legislação nacional sanciona o direito do recluso de acesso à educação escolar, bem como a obrigatoriedade dos estabelecimentos penais em ofertar a educação prisional, atribuindo aos estados a responsabilidade pela oferta e organização da educação nos estabelecimentos penais.

Visando atender as normativas sobre a educação nas prisões, o Paraná publicou em 2015 o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná (PEESP). A elaboração do documento é resultado de um amplo debate estabelecido entre a Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Administração Penitenciária e os Centros de Educação de Jovens e adultos que atendem as unidades prisionais do estado (PARANÁ, 2015a).

Segundo o DEPEN-PR (2021, s/p):

O Plano Estadual de Educação no Sistema Penal do Paraná (PEESP) atende às diretrizes nacionais e estaduais e traz, na sua concepção, um modelo de educação prisional mais flexível, integrando Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo às especificidades do Sistema Penal.

O DEPEN prioriza as ações educacionais em todos os Estabelecimentos Prisionais possibilitando uma diversidade de oferta que são gestadas pelo seu Setor de Educação e Capacitação.

De acordo com o PEESP, a educação assume um papel preponderante para o crescimento pessoal, é “tão importante que assume o status de Direito Humano fundamental, pois deve ser vista como parte integrante da dignidade humana e aquilo que contribui para ampliá-la como conhecimento, saber e discernimento” (PARANÁ, 2015a, p. 11).

A educação escolar nas prisões é ofertada na modalidade de educação de jovens

e adultos, tendo como objetivo desenvolver a autonomia intelectual, formando educando ativos no processo de aprendizagem. Na perspectiva do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Paraná, o sujeito privado de liberdade ao ter acesso a escolarização tem a possibilidade de tornar-se sujeito de sua própria história (PARANÁ, 2015a).

O Plano Estadual de Educação nas Prisões do Paraná também entende a educação como instrumento capaz de possibilitar a reintegração e reinserção social do recluso após o cumprimento de sua pena. É considerada um importante instrumento de promoção de sua reinserção no mercado de trabalho.

A elaboração de políticas sociais e educacionais no Estado do Paraná, a partir de 1990, está vinculada a um projeto maior de reforma propalado pelas agências internacionais, a fim de ajustar as políticas adotadas pelos governos estaduais à lógica do ideário neoliberal. De acordo com Yasbek (2003, p. 59), a lógica neoliberal que orientou a elaboração de políticas públicas “[...] subordinou as políticas sociais aos ajustes econômicos e às regras do mercado [...]”.

A implantação de programas e projetos setoriais e focalizados – como é o caso das ações educacionais desenvolvidas no sistema penal – é parte integrante de um processo desigual e combinado no qual, diante do domínio do capital, as atividades de cunho social, política e econômica “[...] são processadas como infinitamente inevitáveis e como o único caminho ao processo existencial social e econômico dos países, das escolas, e dos indivíduos” (DEITOS, 2003, p. 114).

Explicita-se que as políticas públicas estaduais para educação prisional expressam modos de enfrentamento da questão social no Paraná. No processo de construção da política pública paranaense em foco, é possível evidenciar a incorporação da agenda política internacional e nacionalmente consensuada e sua adequação à agenda política do Estado do Paraná por ações que englobam seminários, conferências e eventos voltados para a educação prisional e publicações com normatização e orientações (BOIAGO, 2013).

3 | MAPEAMENTO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO NAS PRISÕES DO PARANÁ

O Departamento Penitenciário do Paraná, possui um setor específico para a oferta da educação e de qualificação profissional aos reclusos das penitenciárias do estado. A organização das atividades educacionais são responsabilidade do setor de Educação e capacitação, que tem como objetivo promover o acesso à educação básica, a “ iniciação e Qualificação Profissional, participação em Exames, Programa Remição pela Leitura e Projetos nas áreas Educacional, Cultura e Esportes às pessoas em situação de privação ou restrição de liberdade do Sistema Prisional do Paraná” (DEPEN, 2021, s/p).

O DEPEN-PR compreende que a educação

(o acesso, a permanência e o sucesso) é um direito das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) (leis) do regime fechado, semiaberto, monitorados e

demais custodiados do Sistema Penal. Para atender a esse direito humano fundamental, desenvolve uma série de programas, projetos e ações educacionais, com metodologias presencial e a distância, possibilitando ao custodiado a conclusão de sua escolarização básica, o ingresso no ensino superior e a qualificação para o mundo do trabalho (DEPEN-PR, 2021, s/p).

No estado do Paraná, a educação básica é ofertada nos estabelecimentos penais desde 1982, sendo resultado de uma parceria conjunta entre a Secretaria de Educação do estado e a Secretaria de Segurança Pública. A organização da oferta segue as orientações nacionais, estaduais e do PEESP. O principal objetivo na oferta da educação escolar nas prisões do Paraná é a superação do analfabetismo (DEPEN-PR, 2021).

A oferta da educação básica nas penitenciárias se dá na modalidade de educação de jovens e adultos. Segundo informa o DEPEN-PR (2021, s/p):

Para a oferta da Fase II do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, os profissionais cedidos pela SEED, desenvolvem a Proposta Pedagógica Curricular aprovada pelo Conselho Estadual de Educação pelo PARECER CEE/BICAMERAL Nº 109/2020, que dispõe de formas de organização presencial combinada com momentos a distância (EaD).

O DEPEN, conta com nove Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), criados exclusivamente, para atender os Estabelecimentos Prisionais, os quais desenvolvem a Proposta Pedagógica Curricular aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná

Como a infraestrutura das penitenciárias não foi pensada para a oferta de espaços educacionais, apenas a educação presencial não dá conta de atender a demanda por alfabetização e demais fases da educação, nesse sentido, outras modalidades de educação como a educação a distância são utilizadas como forma de suprir a oferta da educação mediante a demanda dos reclusos. Dados de 2015 demonstram que 79,12% das matrículas são atendidas na modalidade 100% presencial, 03,17% na modalidade mista de 75% presencial e 25% Ead, 13,72% na modalidade mista 50% presencial e 50% Ead e 03,80% na combinação 20% presencial e 80% Ead (PARANÁ, 2015b).

Para atender as normativas legais o Paraná tem se organizado para oferta da educação nas prisões iniciando-a primeiramente nas penitenciárias de Maringá, Londrina e Guarapuava, entre os anos de 1995 a 2000 (PARANÁ, 2015b). Em 2015, todas as 33 unidades prisionais do estado ofertam educação escolar aos reclusos, “ao todo, 7.802 presos estão fazendo alguma atividade educacional, o que corresponde a cerca de 36% da população prisional adulta”. O Paraná se destaca em relação a estatística nacional que é de apenas 12% de reclusos em atividades educacionais.

Dados do último relatório disponibilizado pelo DEPEN (2019) sinalizam que em dezembro de 2019 o estado do Paraná contabilizava um total de 21093 pessoas presas. Dessas, 18827 demandam de matrícula nas fases que englobam a educação básica. Do total de 21093 presos, apenas 2266 possuem ensino médio completo, superior incompleto, superior completo e pós-graduação. Em dezembro de 2019, foram registrados o total de

4399 presos matriculados em atividades educacionais, o que corresponde a 20,86% da população prisional do Estado.

TOTAL DE PRESOS DO DEPEN-PR EM 2019 21093	
Total de presos a serem atendidos na educação básica	18827
Total de presos com ensino médio completo, superior incompleto, superior completo e pós-graduação	2266
Total de presos matriculados em atividades educacionais	4399

Tabela 3 – Dados sobre os reclusos no estado do Paraná.

Fonte: DEPEN-PR (2019).

Com os dados apresentado na tabela acima, percebemos que 80% dos reclusos que demandam de atendimento educacional, em especial da educação básica, ainda não possuem acesso a ela. Em 2015, o percentual da população prisional do estado do Paraná que tinham acesso à educação escolar era de 36%, em 2019 esse número baixou para 20,86%. Tal situação é preocupante, pois caminhamos em passos lentos no avanço do acesso de todos a educação a educação.

Apesar dos avanços alcançados pelo estado do Paraná para a oferta da educação prisional, chamamos a atenção para o fato de que a educação mesmo sendo um instrumento importante para o desenvolvimento intelectual e pessoal do recluso não pode ser considerada como o único meio de “recuperação” e/ou reinserção social dos egressos.

Ao analisar os documentos de política educacional para educação escolar nas prisões, em especial no estado do Paraná, apreende-se o discurso sobre a necessidade de universalização da educação básica, sobretudo para os segmentos mais vulneráveis da sociedade. O desvelamento do discurso sobre o direito à educação e de acesso aos demais direitos sociais e humanos explicita componentes de estratégias ideológicas para que sejam justificadas as desigualdades sociais (BOIAGO, 2013).

Compreende-se que mesmo diante de uma leve ascensão escolar que vem sendo vivenciada “[...] a maioria da população brasileira e paranaense é perversamente penalizada pelas degradantes condições sociais que levam uma parcela cada vez maior dessa população à marginalização social [...]”. O acesso a um nível um pouco mais elevado do ensino não significa que a população tenha acesso a diversos processos sociais e que “[...] relações decorrentes desses instrumentos como sendo gerados determinadamente pela educação, como, por exemplo, renda, emprego, cultura, meio ambiente adequado às condições de sobrevivência minimamente adequada [...]” (DEITOS, 2003, p. 116). Sabe-se que grande parte da população prisional, quando posta em liberdade, retorna a morar

em um ambiente com condições mais precárias que as vivenciadas no sistema penal. O mesmo se aplica às vagas no mercado de trabalho, quando muito, os egressos do sistema penal encontram condições de trabalho no mercado informal.

Entendemos que ao longo da história o sistema prisional tem ocupado um lugar estratégico de gestão da pobreza, tendo em vista o perfil social e educacionais de sua clientela corrobora-se a tese de que há um processo institucionalizado de criminalização da pobreza no Brasil e no estado do Paraná.

De forma a “amenizar” os efeitos negativos do encarceramento para os reclusos e, ao mesmo, fazer valer o direito de todos à educação, a educação escolar nas prisões tem sido um meio encontrado pelo Estado de compensar a população marginalizada pela falta de acesso aos bens sociais, como por exemplo, a educação.

Apesar de considerarmos a importância da educação enquanto um direito humano e social, explicitamos a necessidade de mudanças estruturais no âmbito social, político e econômico, que possibilitem a prevenção da criminalidade por meio do acesso igualitário aos bens sociais.

4 | CONCLUSÃO

Analisar o processo de implementação de políticas públicas educacionais para a educação escolar nas prisões, bem como a materialização de sua oferta aos reclusos que dela necessitam foi o objetivo principal deste trabalho. O foco foi o processo de implementação nas penitenciárias do estado do Paraná, pois segundo os dados do DEPEN o Paraná é hoje um dos estados com o maior número de reclusos matriculados em atividades educativas.

O expressivo aumento da população prisional nos últimos anos demonstra que o Estado tem falhado na garantia de direitos humanos e sociais mínimos para a subsistência da população. Isso é expresso por meio das políticas repressivas de encerramento em massa que o Estado vem adotado como medida de controle social da população se que encontra à margem da sociedade, como é o caso da população prisional.

Em decorrência do aumento da população prisional no Brasil e no estado do Paraná, principalmente após os anos de 1990, a disseminação de documentos orientadores e normativos para a oferta da educação escolar nas prisões passou a ser um dos pontos centrais, no discurso, mas não na prática efetiva de sua oferta aos que dela demandam. Vimos que mesmo diante da grande quantidade de documentos legais que garantem a oferta da educação escolar nas prisões, poucos são os reclusos que possuem acesso a ela.

O estado do Paraná ocupa a terceira posição com a maior população prisional. Escolhemos o Paraná como foco de análise, pois a porcentagem de reclusos matriculados em atividades educacionais no estado se destaca em relação ao percentual nacional. O

Brasil apresenta uma pequena parcela de 12% de sua população prisional matriculada em atividades de educação escolar. Já no Estado do Paraná esse percentual, conforme os dados de dezembro de 2019, é de 20,86%.

Analisamos a organização e a oferta da educação escolar nas penitenciárias do estado do Paraná e pudemos percebermos que o estado está de acordo com as orientações normativas e se destaca por já possuir um Plano Estadual de Educação nas Prisões. Para além de um documento norteador específico, o percentual de alunos atendidos nas penitenciárias também é um sinalizador do avanço do estado na oferta da educação escolar nas prisões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 5 de outubro de 1988. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf> Acesso em: 01 janeiro de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=25/11/2011>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2018

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)**. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

BRASIL. **Lei n. 7.210**, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. 1984. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 08 junho de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. Brasília, DF: INEP, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 19 de maio de 2010. Institui Diretrizes Nacionais para a oferta da educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

BOIAGO, Daiane Letícia. **Políticas públicas e estado penal: a educação escolar nas prisões como mecanismo de regulação social**. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª. Drª. Elma Júlia Gonçalves de Carvalho. Maringá, PR, 2020.

BOIAGO, Daiane Letícia. **Políticas públicas internacionais e nacionais para a educação em estabelecimentos penais a partir de 1990: regulação social no contexto da crise estrutural do capital**. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª. Drª. Amélia Kimiko Noma. Maringá, PR, 2013.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

DEITOS, Roberto Antonio. A política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-2002): o PROEM e as recomendações do BID e do Banco Mundial. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.). **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2003. p. 101-118.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, 2016.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **Paraná garante a oferta da educação no sistema prisional**. Paraná, 2019. Disponível em -<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=13467>

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **Dados Estatísticos sobre a educação**. Paraná, 2019. Disponível em: Disponível em: Educação Básica - Departamento Penitenciário - DEPEN Acesso em : 03 de maio de 2021.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **Setor de educação e qualificação profissional**. Paraná, 2021. Disponível em: Educação Básica - Departamento Penitenciário - DEPEN Acesso em : 03 de maio de 2021.

GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel. **Funções da Pena Privativa de Liberdade no Sistema Penal Capitalista**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007.

PARANÁ. **Educação prisional para pessoas privadas de liberdade no estado do Paraná**. Curitiba, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, 2015b.

PARANÁ. **Plano estadual de educação no sistema prisional do Paraná**. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, 2015a.

SERRA, Marco Alexandre de Souza. **Economia política da pena**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

WACQUANT, Loic. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

YASBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon (Orgs.). **Estado e políticas sociais**: Brasil – Paraná. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2003. p. 47-62.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acompanhamento de egressos 111, 112, 119
Agressividade 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52
Agroindústrias 111, 115, 116
Alternância 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253
Ambiental 51, 65, 113, 142, 144, 145, 148, 149, 152, 212, 221
Ambientes virtuais de aprendizagem 32, 87, 88, 89, 90, 99, 100
Aprendizagem significativa 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 179
Atividade física 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141
Autismo 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53
Avaliação do ensino superior 181, 182, 223, 224, 227, 237, 240
Avaliação institucional 177, 178, 182, 183, 184, 189, 223, 224, 225, 226, 228, 233, 237, 238, 239, 240

B

Brincar 42, 43, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 152
Building information modeling (bim) 254

C

CEFFAS 241, 242
Ciências naturais 36, 39, 40
Construcionismo 54, 57, 89
Conteúdos *hipermedia* 120, 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130
Criança 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53
Curso de capacitação 254, 256, 259

D

Desigualdade 2, 14, 20, 22, 24, 31, 70, 190
Diretrizes curriculares 64, 78, 79, 81, 83, 86
Discriminação 14, 16, 19, 21, 23, 24
Disseminação de informação 223
Docência 4, 34, 79, 80, 81, 86, 87, 150, 169, 178, 179, 180, 181, 188, 189, 262

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 16, 17, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36,

38, 39, 41, 42, 45, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 109, 112, 119, 120, 124, 129, 132, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 158, 160, 162, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 262

Educação básica 1, 4, 6, 12, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 133, 134, 191, 262

Educação em saúde 217, 219, 220

Educação escolar prisional 67, 70

Educação superior 34, 79, 80, 85, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240

Enem 187, 221, 222, 229

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 115, 118, 133, 134, 135, 140, 142, 151, 152, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 219, 221, 223, 224, 226, 227, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 244, 245, 248, 249, 250, 262

Ensino de arte 171

Ensino médio 4, 7, 40, 73, 74, 76, 91, 163, 176, 191, 193, 221, 242, 245, 249

Ensino remoto 3, 5, 6, 28, 32, 36, 54, 55, 56, 66, 157, 158, 168, 191, 192, 197

Ensino superior 27, 28, 30, 31, 33, 68, 73, 78, 79, 80, 84, 87, 89, 92, 93, 100, 118, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 186, 187, 188, 189, 193, 223, 224, 226, 227, 229, 233, 237, 240, 262

Escolares 1, 3, 4, 31, 45, 61, 84, 96, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 151, 180, 191, 194, 196, 205, 245

Esporte 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 195

Estratégia de aprendizagem remota 54

Estratégias ativas 217, 220

Exercício 17, 19, 63, 65, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 123, 129, 130, 177, 179, 188, 189, 196, 198, 235

F

Família 16, 19, 30, 46, 140, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 168, 241, 242, 244, 245, 248, 250, 251, 252, 253

Ferramentas avaliativas 87, 88, 94, 99

Formação de professores 28, 62, 64, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 159, 170, 178, 191, 200, 262

Formação docente 28, 29, 32, 33, 35, 64, 169, 177, 178, 179, 243

Frequência cardíaca 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110

I

Ifsul 119

Imaginários sociais 120, 121, 122, 123, 130

Inclusão pedagógica 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

Indígena Misak 120

Inovação 1, 5, 12, 36, 38, 39, 61, 120, 152, 153, 154, 178, 179, 234, 254

Instrumentos metodológicos 241

Interculturalidade 171, 172, 173, 174, 175, 176

Intervenções urbanas 171, 172, 173, 174, 175, 176

L

Lazer 14, 25, 132, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 195

Letramento digital 1, 2, 5, 8, 10, 12, 57

Linguagem cartográfica 62, 64, 65, 66

Linguagem de programação 54, 56, 57, 60

M

Matemática 6, 7, 81, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 206, 262

Material instrucional 28, 29, 31

Moodle 32, 87, 88, 90, 91, 94, 97, 98, 99

Mulheres 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 101, 104, 106, 252

O

Oficinas pedagógicas 221

P

Pais 124, 131, 134, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 167, 242, 252

Pandemia 1, 2, 3, 5, 12, 28, 31, 32, 34, 36, 38, 40, 54, 55, 65, 66, 150, 152, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Paraná 26, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 101, 104, 140, 141, 150, 241, 242, 244, 249, 250, 259, 261

Políticas educacionais 67, 78, 79, 178, 190, 240

Prática docente 62

Preconceito 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 26

Primeiros socorros 217, 218, 219, 220

Profissão docente 169, 177, 179, 189

Projeto de ensino 27, 28, 30, 31

Projetos 19, 20, 38, 65, 72, 73, 81, 91, 117, 118, 122, 132, 140, 142, 144, 145, 147, 170, 183, 245, 256, 259, 261

Q

Química 39, 40, 41, 149, 192, 202, 209, 210, 211, 214, 221

S

Saúde 17, 19, 30, 31, 32, 33, 44, 101, 103, 104, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 145, 157, 162, 164, 168, 169, 195, 217, 218, 219, 220, 233, 240

Scratch 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61

Sedentarismo 132, 133, 135, 140, 141

Sigaa 87, 88, 90, 91, 94, 97, 98, 99, 100

Sistema nervoso autônomo 101, 102, 103

Socrática 241, 242, 245, 246, 248, 250, 251

Softwares 36, 37, 38, 39, 40, 41, 198

Sustentável 25, 142, 143, 144, 148, 149, 170, 171

T

TDIC 55, 56, 57

Tecnologias 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 12, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 55, 61, 88, 89, 103, 112, 121, 123, 124, 125, 126, 130, 133, 142, 143, 158, 162, 165, 170, 179, 192, 195, 196, 198, 200, 201, 221, 223, 224, 257, 259

Tomada de decisão 223, 224, 225, 234, 235, 237, 238

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021